



Ata Nº 11/2020

Aos dois dias do mês de Setembro de dois mil e vinte, reuniram-se em plenária ordinária, os conselheiros e conselheiras do Comdedica, em plataforma virtual do Google Meet, para tratar da seguinte pauta: aprovação da ata de Agosto, GT Plano de Contingência – Monitoramento, eleição do Comdedica, testagem dos trabalhadores das OSCs, Conselho Tutelar, Fórum DCA, Relato das Comissões, assuntos gerais. A presidente Márcia Martins – Col, dá as boas vindas a todos e todas, colocando a primeira pauta, **ATA DE 19 DE AGOSTO** – pergunta se os conselheiros fizeram a leitura da ata de nr 10, de 19 de Agosto e se tem algo a acrescentar ou retificar. Não tendo manifestações, colocada em votação, aprovada com duas abstenções. Além dos conselheiros presentes, participam da plenária Sara Cristina, da casa de Acolhimento e Luciana da APAE. A presidente pede que inclua-se a pauta solicitada pela Proteção Especial, sobre os Acolhimentos, que será a quarta pauta. Antes de iniciar as pautas Rosângela, secretária dos conselhos, solicita as OSCs, que ao enviarem seus documentos, enviem também ofício especificando o que se trata, pois sem isso é necessário realizar a leitura de toda documentação para definir o encaminhamento. Nesse momento, por conta da pandemia, o volume recebido por e-mail é muito grande e se faz necessário saber para onde direcionar, do mesmo modo como era solicitado que se enviasse ofício com documentos em papel. Importante também direcionar no assunto do e-mail. Além disso, os documentos que requerem assinatura, devem ser digitalizados contendo a assinatura do responsável pela OSC. Também o formato, muitas vezes, não permite abrir, importante enviar em word ou pdf. **GT MONITORAMENTO PLANO DE CONTINGÊNCIA** – como foi discutido na última plenária a necessidade de monitoramento dos planos, o GT se reuniu virtualmente e ficaram somente alguns participantes, representantes de segmentos, para essa função. Esse monitoramento não é uma fiscalização, mas virá no sentido de auxiliar e apoiar a implementação dos Planos. Será espaço de monitoramento e orientação. **ELEIÇÃO COMDEDICA** – a mesa se reuniu e considerou que nesse momento seria bem complicado o processo eleitoral, devido à Pandemia e ao afastamento social. Traz como proposta à plenária a prorrogação do mandato em mais seis meses. Entendendo que nesse tempo o cenário poderá ser mais favorável. Coloca para os conselheiros se há outra sugestão. O posicionamento dos conselheiros foi favorável. Fabiane Asquidamini, Proame, informa que levará à diretoria a questão para conhecimento e definição da representação, pois ela tem contrato com o Proame até dezembro, portanto a entidade deverá definir se permanecerá no conselho por esse tempo a mais. Márcia pondera que a instituição pode definir outra pessoa como representante, mas se não desejar mais permanecer no conselho nestes 06 meses de 2021, teremos que acionar a instituição suplente, importante a OSC oficial o Conselho. Colocado em votação a prorrogação do mandato por 6 meses após o término deste, em dezembro: Aprovado. **ACOLHIMENTOS** – Fabi Luz e Loreto Illanes, SDS, solicitaram essa pauta pelas questões da alta complexidade onde estão inseridos os 4 acolhimentos do município, que se reúne mensalmente para discutir as questões pertinentes. Com o prolongamento da pandemia e isolamento, a equipe se deu conta que vai além da alçada da secretária, por isso vem ao Conselho. A garantia do direito ao convívio social, comunitário, familiar está

prejudicada para quem já vive há seis meses em isolamento. As visitas foram suspensas, e só por vídeo chamadas estão ocorrendo. Eliene Amorin, Isaura Maia, relata o drama da saudade que essas crianças e adolescentes estão vivenciando. Foi encaminhado pedido de reunião com o Juiz, pela SDS, e na data de ontem, foi relatado ao CDDH, com Márcia Martins, sobre essa questão dentre outras, como adoções e “devoluções” de crianças pelos pais adotivos. O Conselho Tutelar também participou. A presidente Márcia fala da importância da gestão estar preocupada com essas crianças que já estão no acolhimento antes do início da pandemia. Os pareceres das equipes parecem que não conta nas decisões judiciais, pois são tomadas decisões diversas das sugeridas. Loreto fala da intenção primeira do juiz, que era o desacolhimento e temos que retomar com ele, pois hoje há um contrato com essa intenção. Pensa-se que as devoluções de crianças ao sistema o tenham feito repensar. Dione, Conselho Tutelar, coloca que o CT é que recebe as denúncias, que continua fazendo o pedido ao Juiz, após esgotada a busca por família extensa ou familiares próximos da criança ou adolescente. Há bastante demanda ao CT sobre a razão das crianças estarem em acolhimento. Há a necessidade da construção do PIA – Plano Individual de Atendimento, construção com a REDE e família de origem ou extensa para que a criança não chegue aos 18 anos ainda no acolhimento. Fabiane traz, em relação a pesquisa que está sendo conduzida pelo PROAME, sobre acolhimento, conversando com a presidente Márcia e Marcela, que também trabalha no projeto, que possuem resultados preliminares da pesquisa e pode ser apresentada em reunião sobre esse tema, onde poderão socializar dados importantes. Márcia fala que o Plano Decenal também vai trazer isso, além de um conjunto de ações propostas. Eliene pede ao Comdedica participar junto, levando o seu pedido ao juiz para que as crianças passem esse período de isolamento junto aos seus familiares. Já foi pedido avaliação da rede, do CT e com acompanhamento do acolhimento, também solicita a participação do CDDH. Também quer solicitar a autorização para visitas quinzenais, com todo o protocolo de cuidados. Reforça que as crianças acolhidas estão em situação muito mais desfavoráveis em relação às que estão com as famílias. Márcia expõe então as três demandas: Abrir o processo de visitas; crianças que possam estar com familiares durante a pandemia e avaliar protocolos sanitários necessários. Foi solicitado que também acrescente a solicitação de que haja o repasse de décimo terceiro aos acolhimentos, que passam por despesas maiores no enfrentamento à Covid19, mas isso direcionado a SDS. Fabiane, APRAMOR, relata que para a instituição Apramor, o fluxo de desacolhimento continua normal. Fabi Luz já entrou em contato por e-mail, com o judiciário, e aguarda resposta para o pedido de reunião. Márcia dá a sugestão de que podemos chamar uma plenária extraordinária com Conselho, chamando o judiciário, o MP, os acolhimentos e a SDS. Eliene considera que a política de acolhimento não tem visibilidade, sugere que Fernanda Canfield participe. Eliene também considera que se tem uma visão jurídica das questões e não técnica. Márcia entende que quando há acolhimentos outras políticas falharam. Aprovado o convite para plenária extraordinária com esses atores, no dia 23 próximo, às 13.30h. Rafaella, secretária da saúde, fala da importância do planejamento das visitas, dentro do Plano de Contingência na realidade de cada acolhimento. Loreto ressalta da importância da Saúde e SDS estarem presentes, também a educação, que podem dar suporte ao judiciário. Eliene levanta a questão dos acolhidos que apresentam sintomas e aguardam o resultado dos testes, onde podem fazer o isolamento, questões para a reunião com o GT de monitoramento do Plano de Contingência. **CAPACITAÇÃO** - A Vigilância Sanitária aceitou fazer a capacitação para orientações e será marcado a data. **CONSELHO TUTELAR** – Patricia, em reunião com colegiado, hoje pela manhã, foi pedido que trouxessem ao Conselho que se retome a conclusão da Lei do Conselho Tutelar, paralisado

no período da pandemia. Lembra que o CT deveria ter apresentado seu Regimento Interno 90 dias após a posse, mas aguardavam a conclusão da Lei. Também traz que verificou no Edital de chamamento para a eleição e não havia cláusula onde obrigasse os conselheiros a participarem de formações, eleitos e suplentes. Sugerem que haja uma Resolução do Conselho para isso. Fábio, AMMEP, sugere que se coloque a obrigatoriedade de participar de 75% das formações ofertadas para estar apto a assumir, no caso dos suplentes, que hoje não estão participando da formação conduzida pela Unisinos e que vai até Dezembro. Sobre o CRAI, a CT Dione relata fato ocorrido com bebê, onde foi muito complicado o encaminhamento e que se tivéssemos o CRAI implantado em São Leopoldo, muito sofrimento teria sido evitado. Márcia lembra que foi encaminhada Resolução do Conselho à Saúde para inclusão na LDO. Sobre a Lei, é período de eleição e não há como submeter a aprovação, mas podemos continuar a discussão sobre os temas que ficaram em sobrestado. Marcaremos plenária extraordinária para isso. Rafaella fala sobre o CRAI, lembrando alguns pontos: foi colocado no Orçamento, além disso, era pra ser pensando com recurso de emenda parlamentar. O problema central foi estruturar o serviço no Hospital Centenário, que com a reestruturação para atendimento às vítimas do Covid19 não teve continuidade. Lembra que o projeto foi primordialmente pensado pela Secretaria de Segurança para ser executado pela Secretaria da Saúde e temos que pensar na manutenção do serviço, que hoje só se manteria por um ano. Daniel, gabinete do prefeito, relata que foi feita visita ao Centro de referência de Canoas. Foram muitos os obstáculos, local, manutenção, pandemia e esse projeto não pode ser implementado de forma incipiente. A construção técnica é complexa envolvendo muitas áreas. É um grande desafio mas é prioridade, considera que o governo já tem maturidade para superar controvérsias. Considera também, que já se possa construir protocolos para casos como o apresentado pela conselheira Dione. Fabiane entende a complexidade, mas considera que temos que encaminhar e a solução perfeita não existe. Se for implantado se luta para manter. A presidente Márcia sugere que o Conselho formalize um pedido de explicação do gestor e secretário da Saúde, o que foi aprovado pela plenária. Daniel explica que é portador da posição do governo, não haverá uma explicação diferente. Márcia explica que é papel deste conselho solicitar informações ao gestor, pois os conselheiros querem informações de como conduzir frente a essas informações, existe planejamento para superar essas questões? Será enviado ofício ao prefeito.

TESTAGEM DOS TRABALHADORES DO SCFV – Letícia Muniz, secretária do Desenvolvimento Social, enviou memorando, mas ainda não conseguiu conversar com o secretário Charão. Rafaella chama a SDS e as instituições para uma reflexão ética e técnica sobre as testagens. Destaca que não há protocolo para testes em pessoas que não tem sintomas, se for decidido por fornecer os testes, será uma decisão de gestão. Relata as questões técnicas envolvidas e que não trazem segurança na questão de saber se são portadores, se já foram infectados. O que traz segurança é seguir os protocolos. Lucirene, Talita Kum, relata da peregrinação que foi feita por trabalhador do Instituto Lenon onde trabalha também, onde colegas com sintomas não conseguiram ter acesso aos testes. Ao todo estão com 5 colegas positivos para Covid e não houve um bom acolhimento por parte da Rede de Saúde. Considera que o principal na detecção é que possa ser evitado de infectar familiares e colegas.

FÓRUM DCA – Sobre reunião do Fórum com secretária Letícia, na questão do pedido para que fosse aceito nas prestações de conta a compra de itens como marmitex, álcool gel, máscaras e outros EPIs, o jurídico pediu que cada instituição formalize seu pedido específico para análise.

RELATO DAS COMISSÕES – **Sílvia**, APRAMOR, fala pela comissão de Finanças, que se reuniu no dia 25 de Agosto. Traz à plenária o parecer favorável para prestação de contas dos projetos: Projeto Kits de alimentação e higiene, apresentado pela

secretaria de Desenvolvimento Social, no valor de R\$ 69.400,00 que teve o valor efetivamente gasto de R\$ 57.473,62. Da AMMEP, projeto de Férias 2020-todos e todas juntos no melhor dia de verão”, no valor de R\$ 150 mil, efetivamente gasto R\$ 114.317,81, e o saldo devolvido ao FMDCA; projeto da AMMEP de R\$ 15.000,00 de “Segurança Alimentar e Nutricional,” Edital 01/2019 e, também da AMMEP, “Melhor dia da minha vida”, no valor de R\$ 15.000,00, Edital 03/2019. Sílvia alerta que a maioria não está anexando o Plano junto na prestação de contas e Lisiane lembra que isso será cobrado pelo Controle Interno. Márcia lembra que os Planos estão anexados aos projetos, já arquivados na secretaria. Colocado em votação: Aprovados os pareceres. **FMDCA** - Lisiane gestora do Fundo, conversou com Eliane da empresa STIHL, que fala da campanha que a empresa faz junto a seus funcionários, por ocasião do final do ano, de doação ao Fundo, para quem tem IR a pagar. Pediu sobre as doações já feitas, no valor de R\$ 51.950,00 , doados para três projetos. Para um projeto já houve repasse – R\$ 11.178,00 do Centro Medianeira, em Abril Falta para Pandorga R\$ 20.772,00 e ALDEF, R\$ 20 mil, precisando apresentar novo projeto. Eliane ressalta a importância da transparência das informações, isso garante a segurança e estimula as doações. Lisiane lembra às OSCs dos prazos dos projetos. Essa semana houve assinatura de dois Termos, - com o PROAME, projeto Socioterritorial das crianças e adolescentes de São Leopoldo de R\$ 37.500, menos 20% de retenção e com Centro Medianeira, Reforma do telhado de R\$ 32.205,50, menos retenção dos 20% do Fundo. Sobre o saldo dos valores do Fundo, não recebeu os extratos da Fazenda, mas estima que temos em torno de R\$ 73.915,00. A presidente sugere que se faça um pedido formal à secretaria da Fazenda para que a gestora do Fundo tenha acesso aos extratos das contas bancárias. Seguente assunto refere-se a prestação de contas de dois projetos de 2015, da APAE, que teve os pareceres das prestações de contas contestadas e que foram examinadas por duas vezes tendo resolução de devolução de valores, um integralmente e um parcial, e que vem novamente discordar do parecer de devolução do valor de R\$ 45.669,30 do projeto de Manutenção 2016/2017, da SULGAS. Alega que toda documentação solicitada foi apresentada à comissão. A reanálise solicitada confirmou o primeiro parecer da comissão, aprovado pela plenária, pela devolução do recurso que não tinha a comprovação de utilização integral. O segundo projeto, de Tecnologia oportunizando inclusão, de R\$ 30.000,00, teve um novo parecer, que considera cumprido o objeto do projeto na integralidade, aprovando a prestação de contas. Com várias intervenções de ambas as partes, com justificativas apresentadas, foi colocada em votação novamente o parecer pela devolução do valor de R\$ 45.669,30, o que foi aprovado pela plenária. O parecer que considera cumprido o objeto levou em consideração que, embora a conta apresentada com os pagamentos fosse diferente da conta original, todos os pagamentos foram realizados e comprovados. Justifica que para o primeiro parecer faltavam dados que foram posteriormente trazidos, portanto, não houve prejuízo na execução do projeto. A presidente considera que isso poderá abrir precedente para novas contestações. Luciana, representando a APAE, vai fazer levantamento dos protocolos dos documentos entregues para contestar esse parecer de devolução. Sílvia confirma que olhou todos os documentos com a gestora, no projeto de R\$ 30 mil, não tendo sido apresentado o extrato da conta utilizada, mas o restante estava correto. No parecer de devolução, Márcia informa que sempre é enviado as OSC informações com os motivos da não aprovação da prestação de contas na integralidade, dando prazo para a entidade se manifestar quanto a proposta de devolução do recurso, que, quando aceito e pago a primeira parcela, já estará apta e regular perante a gestão. Fábio questiona se a entidade tem direito ao contraditório, o que foi esclarecido que sim, mas neste caso já foi realizado. Nada mais havendo a relatar, a presidente encerra a

plenária, agradecendo a todos e todas pela participação. Para constar, eu Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.